

# Comitê da dívida se reúne pela 1ª vez

A Comissão de Assessoramento Presidencial da Dívida Externa reúne-se, pela primeira vez, esta semana para ouvir os relatórios do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e do presidente do Banco Central, Francisco Gros, sobre os resultados da reunião do Grupo dos 24 (ministros do Tesouro de vários países) do Fundo Monetário Internacional (FMI), e com os banqueiros privados credores do Brasil.

Feitos os relatórios e entregue à Comissão a responsabilidade de definição política e técnica do encaminhamento das negociações da dívida externa brasileira, o ministro Dilson Funaro vai voltar sua atenção exclusivamente para a economia interna, passando a coordenar um elenco de medidas, em gestação há quase dois meses, destinadas à redefinição do projeto econômico do governo Sarney.

## Funaro e Guerreiro

Funaro que, apesar da maré contrária criada no exterior e no Brasil, conseguiu encaminhar com relativo êxito sua tese do "crescimento interno para poder pagar a dívida", não vai entregar a negociação da dívida nas mãos do embaixador Saraiva Guerreiro, como querem seus detratores. O ministro da Fazenda é o presidente da Comissão que se reúne sob sua convocação: "Mesmo porque seu afastamento poderia significar uma mudança de rumos nas negociações, que não interessariam aos setores mais progressistas do PMDB e do próprio governo", lembra um assessor presidencial, ressaltando, contudo, estar certo de que os nomes que integram a comissão "são todos de alta respeitabilidade".

Funaro e Guerreiro deverão formar uma "dobradinha", em que o ex-ministro das Relações Exteriores usará de toda a sua experiência para "amaciá-lo" politicamente o campo onde o ministro da Fazenda vai discutir e "definir as regras técnicas do jogo". Destaca ainda o assessor palaciano que os dois ministros têm pontos de vista comuns a respeito da moratória brasileira: no passado observa, tese semelhante valeu a Guerreiro o desprezo do então ministro Delfim Netto.

Na reunião desta semana, o ministro Funaro pretende não apenas fazer um relatório do encontro de Washington, mas também definir com a Comissão os limites de suas atribuições, os

programas, cronogramas e grupos de trabalho que irão operar com os diferentes segmentos da dívida: por credor, pelo tipo de destinação do empréstimo, ou uma divisão de trabalho em que um grupo trate da dívida pública e outro dos compromettimentos privados. Outra recomendação — e essa é do presidente Sarney — é a de que a Comissão fixe um cronograma claro para as negociações, pois o Brasil precisa urgentemente de uma definição junto aos credores para poder desencadear alguns programas de desenvolvimento interno.

## Medidas internas

O que se poderia chamar de "turbilhão" da dívida já passou. A questão não está resolvida, mas o Brasil conseguiu o apoio do grupo dos países em desenvolvimento, inclusive alguns que já tiveram suas dívidas renegociadas, e até a compreensão de importantes figuras desse cenário como Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário, e Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, dos Estados Unidos, para não citar outros.

Resta agora o encaminhamento de soluções para os problemas internos. É aí o calcanhar de Aquiles do ministro Funaro.

Há uma enorme expectativa sobre a edição do que já está sendo chamado de Cruzado III. Mas será muito difícil para o ministro conseguir retomar sua popularidade e a do próprio governo Sarney se o novo plano não adotar de imediato medidas severas contra as especulações no mercado financeiro, ou em favor de um realinhamento entre preços e salários.

Sabe-se, contudo, de fontes do próprio Palácio do Planalto que no próximo pacote econômico deve incluir medidas restritivas ao sistema bancário, com que o presidente até agora evitou reunir-se, considerando a falta de colaboração do setor.

O governo não pretende também continuar indefinidamente a aguardar o realinhamento espontâneo dos preços, uma nova medida nessa área está a aguardar apenas o sinal do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). A questão do "gatilho salarial" é ainda uma incógnita. A opinião de Funaro vai pesar muito. Mas o ministro é a favor da sua manutenção revela um assessor direto da Fazenda.